

Economia & Negócios

///Sterlite Power

STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas

A Administração da Sterlite Brazil Participações S.A. ("Brazil Participações" ou "SBP" ou "Controladora") em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

A Sterlite Brazil Participações S.A. ("Brazil Participações" ou "SBP" ou "Controladora"), constituída em 30 de junho de 2017, pelas empresas estrangeiras Sterlite Power Grid Venture Limited e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia. É uma sociedade anônima fechada brasileira, de capital privado, cujo propósito principal é atuar como holding de empresas, participando no capital de outras sociedades.

No Brasil, o grupo econômico da Sterlite Brazil Participações é formado pela própria Controladora e por suas Subsidiárias in-

No Brasil, o grupo económico da Steinite Brazil Participações e formado pela propria Controladora e por suas Subsidiarias integrais - Sociedades de Propósito Específico ("SPE").

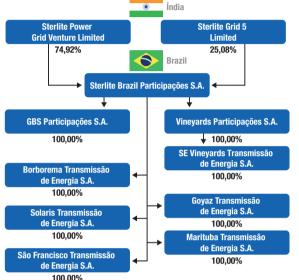
Em 31 de dezembro de 2021, estavam constituídas duas holdings: GBS Participações S.A. e Vineyards Participações S.A.. Em maio 2021, 100% das ações da SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. foram transferidas para Vineyards Participações S.A.. A SBP manteve sua participação indireta nesta controlada.

A Companhia manteve seu controle direto em 31 de dezembro de 2021 com 100% de participação nas SPEs: Goyaz Transmissão de Energia; Borborema Transmissão de Energia; Solaris Transmissão de Energia; Marituba Transmissão de Energia S.A. e São Francisco Transmissão de Energia S.A. e

São Francisco Transmissão de Energia S.A.

A GBS Participações foi constituída dentro do planejamento de reestruturação societária e a partir de fevereiro de 2022 passa a ser a controladora direta das SPEs: Goyaz Transmissão de Energia; Borborema Transmissão de Energia e Solaris Transmissão de Energia, através da transferência de 100% das suas ações que até então são de posse e controle total da SBP. Como total em números, representativos do portifólio no Brasil, os investimentos da SBP, com 100% de participação, em 2021

totalizam R\$ 313,3 milhões e representam incremento e reforço na malha do sistema de transmissão brasileiro.



Setor elétrico e aspectos regulatórios - segmento de transmissão
O sistema elétrico brasileiro permite o intercâmbio da energia produzida em todas as regiões do País, que estejam interligadas por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em tal sistema, as geradoras produzem a energia, as transmissoras a transportam do ponto de geração até os centros consumidores, de onde as distribuidoras a levam até a casa dos cidadãos. Há ainda as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumido-

as comercializadoras, empresas autorizadas a comprar e vender energia para os consumidores livres (geralmente consumidores que precisam de maior quantidade de energia).

O setor elétrico brasileiro é regulado pela ANEEL, que tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério Minas Energia (MME),
com a participação do Operador Nacional Elétrico (ONS), a quem cabe a atribuição de coordenar e controlar a operação do
Sistema Interligado Nacional (SIN). Cabe, ainda, à ANEEL, mediante delegação do MME, conceder o direito de exploração dos
serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Câmara de Comercialização de Energia
Elétrica (CCEE), é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação
da ANEEL, realiza leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvolve os estudos e pesquisas
para o planejamento do setor.

da ANEEL, realiza leilões de energia elétrica. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), desenvoive os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

As concessionárias outorgadas para prestação dos serviços públicos de transmissão de energia, são responsáveis pela conexão das geradoras aos grandes consumidores, ou às empresas distribuidoras ou a outras transmissoras que componham a complexa rede do SIN, estas últimas também reguladas pela ANEEL que lhes fixa uma Receita Anual Permitida (RAP) pela prestação de tais serviços. A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Parfil

O Grupo Sterlite Power no mundo caracteriza-se pela atuação especializada no segmento de infraestrutura para transmissão O Grupo Steriite Power no mundo caracteriza-se peia atuação especializada no segmento de infraestrutura para transmissão de energia, com projetos na India e no Brasil. Motivada pela inovação e excelência operacional, comprometida com sua missão de oferecer serviços de infraestrutura de qualidade em transmissão de energia, o Grupo Sterlite Power, no Brasil representado pela SPB, trabalha para fortalecer o sistema de transmissão de energia no Brasil e, consequentemente, contribuir com o progresso socioeconômico do país.

A Sterlite Power Brasil trabalha para fortalecer o Sistema Interligado Nacional (SIN). Entre 2017 e 2020 ganhou dez lotes de leilões da ANEEL. Em dezembro de 2021 venceu o lote 2 durante o Leilão de Transmissão 02/2021 da ANEEL denominado legação en Bebia.

Possui mais de 1.300 km de linhas de transmissão em projetos nas regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, contribuindo para o escoamento da energia elétrica gerada nessas regiões e, consequentemente, para o progre nômico do país.

nômico do país.

Em maio de 2021 a Companhia vendeu sua controlada Dunas Transmissão de Energia S.A. (CE e RN). Anteriormente, foram vendidos os empreendimentos: Arcoverde (PE), Pampa (RS) e Novo Estado (TO).

Início das operações de Vineyards e situação dos demais projetos

Em 2021, a Sterlite Power Brasil concluiu o segundo trecho do Projeto Vineyards (RS), com a construção da nova Subestação Vinhedos em 230/69 kV - 330 MVA e seccionamento de 2 km da linha de transmissão em 230 kV Monte Claro - Garibaldi, antecipando a conclusão em 14 meses. A primeira energização desse projeto foi em janeiro de 2020, no trecho de linha de transmissão em 230 kV com 47 km entre as Subestações de Garibaldi e Lajeado, bem como a construção da nova Subestação Lajeado 3 230/69 kV - 166 MVA, 32 meses antes do prazo da ANEEL. A terceira e última etapa foi finalizada em janeiro de 2023 com paito meses antes do prazo da ANEEL. A terceira e última etapa foi finalizada em janeiro de 2023 com paito meses antes do prazo da compresendo e tracho de linha de traceira e última etapa foi finalizada em janeiro de 2023 com paito meses antes do prazo da compresendo e tracho de linha de traceira e última etapa foi finalizada em janeiro de 2023 com paito meses antes do prazo da compresendo e tracho de linha de traceira e última etapa foi finalizada em janeiro de 2023 com paito meses antes do prazo da compresendo e tracho de linha de traceira e última etapa foi finalizada em janeiro de 2023 com parte de parte d 2022, com oito meses antes do prazo, e compreende o trecho de linha de transmissão entre as Subestações de Bagé 2 e

2022, com otto meses antes do prazo, e compreende o trecno de linha de transmissão entre as Subestações de bage 2 e Candiota 2, com 49 km, em 230 kV. A finalização de todas as etapas do projeto antes do prazo estabelecido pela ANEEL demonstra o comprometimento e excelência da Companhia. A RAP do edital foi de R\$ 34,5 milhões e os investimentos totalizaram cerca de R\$ 280 milhões. No total, o Projeto Vineyards contempla 98 km de linhas de transmissão, duas subestações novas, nas cidades de Lajeado e Bento Gonçalves, ampliação de subestações em Candiota, Bagé, Garibaldi e Lajeado 2. Integrado, reforça o escoamento de energia para a região, beneficiando 18 cidades com expressiva atratividade turística, seja pelas belezas naturais, seja pela

presença das principais de vinícolas do país

presença das principais de vinicolas do país. Vineyards fez parte dos dois lotes que a Sterlite Brazil arrematou no leilão de abril de 2017. Os demais projetos de transmissão de energia elétrica que compõem o portifólio do Grupo SBP Brasil, encontram-se em fase de implantação, com previsões de início da operação comercial ao longo dos anos de 2022 e 2023. Os quatro projetos em construção são:

Marituba (PA): compreende uma linha de transmissão entre Tucuruí e Marituba e extensão da Subestação de Bay (SE Tucuruí

Borborema (PB): terá linha de transmissão entre Campina Grande e João Pessoa, com seccionamentos; e uma nova subestação em João Pessoa; Borborema (PB): terá linha de transmissão entre Campina Grande e João Pessoa, com seccionamentos; e uma nova subestação em João Pessoa;

Solaris (MG): terá duas linhas de transmissão nos trechos Janaúba-Jaíba e Pirapora - Três Marias; Subestações SE Jaíba, SE Janaúba e extensões de Bays SE Pirapora 2 e SE Três Marias;

Goyaz (GO): terá linha de transmissão entre Edéia e Cachoeira Dourada; e Subestações SE Pirineus,

SE Barro Alto, além da extensão de Bay: SE Edéia, SE Cachoeira Dourada.

Há, ainda, os projetos São Francisco (SE e BA) e Jaçanã (BA), em fase de engenharia executiva e aquisição de equipamentos e services.

Estruturação Financeira

Em 2021 a Companhia colocou em pratica um novo modelo financeiro, permitindo acesso além das linhas de fomento do setor

Em 2021 a Companhia colocou em pratica um novo modelo financeiro, permitindo acesso além das linhas de fomento do setor público para projetos de infraestrutura, como as do BNDES e fundos, e poder recorrer a financiamento por meio de bancos privados. Isso possibilitou ainda ganhos sob o aspecto tributário. Ao longo de 2021 o grupo SBP Brazil obteve uma série de avanços nos financiamentos de longo prazo de seus projetos, destacando-se: Borborema: primeira emissão de debêntures no valor de R\$50 milhões e ainda R\$ R\$ 139 milhões referente ao financiamento do projeto junto ao Banco do Nordeste ("BNB") porém desse montante foram recebidos apenas R\$ 97 milhões até 31 de dezembro de 2021; Solaris: primeira emissão de debêntures no valor de R\$150 milhões; Goyaz: empréstimo-ponte com emissão de CCB no valor de R\$65 milhões junto ao Banco Modal; Vineyards Participações: primeira emissão de debêntures no valor de R\$160 milhões.

Processos de Licenciamento

Principais Licenças e Autorizações Ambientais Obtidas em 2021

Projeto	Órgão Emissor	Descrição	Número	Data
Goyaz	SECIMA	Dispensa de licenciamento SE Barro Alto	81069/2021	10/02/2021
Goyaz	SECIMA	Licença Prévia/Instalação Edeia - Cachoeira Dourada	153/2021	22/03/2021
Solaris	SUPRAM	Dispensa de Licenciamento SE Pirapora	sem número	20/01/2021
Solaris	SUPPRI	Licença Instalação e Operação Pirapora - 3 Marias	PA/SLA/N° 5220/2020	29/04/2021
Solaris	SUPPRI	Licença Instalação e Operação Janaúba - Jaíba	PA/ SLA/N° 5222/2020	29/04/2021
Solaris	SUPRAM	Dispensa de Licenciamento SE Janaúba 3	sem número	10/06/2021
Solaris	SUPRAM	Licença Instalação e Operação Janaúba - Jaíba	SEMAD GAB COPAM 123/2021	02/08/2021
Solaris	SUPRAM	Licença Instalação e Operação Pirapora - 3 Marias	SEMAD GAB COPAM 236/2021	29/11/2021
Borborema	IBAMA	Parecer Técnico casa de relés Mussuré II	8/2021	16/04/2021
Borborema	CPRH	Mensagem Eletrônica	Processo 03727/2021	28/05/2021
Borborema	SUDEMA	Licença de instalação	2535/2021	21/12/2021
Marituba	SEMAS	Licença de instalação	3211/2021	05/11/2021
Marituba	SEMAS	Autorização para manejo e resgate da fauna	4851/2021	05/11/2021
Marituba	SEMAS	Autorização de supressão vegetal (ASV)	4850/2021	05/11/2021
Vineyards	FEPAM	Licença da Operação	199/2021	25/01/2021
Vineyards	FEPAM	Licença de Operação	2536/2021	15/10/2021
Otimização o	do Portfólio			

Em 01 de março de 2021 foi constituída a holding Vineyards Participações Energia S.A. sob a forma de sociedade anônima de capital fechado com o objetivo social de participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial.

Em 26 de maio de 2021 a SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. passou a ser subsidiária integral da Vineyards Participa-ções S.A. após o processo de reorganização societária realizada pela SBP, sua controladora anterior e atual controladora indi-reta Sterlite Brazil Participações S.A.

Em 23 de junho de 2021 foi constituída a holding GBS Participações S.A. sob a forma de sociedade anônima de capital fechado com o objetivo social de participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia,

acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial.

Exercício de 2021

Receita líquida das operações continuadas Receita líquida das operações descontinuadas *Expressos em Reais

No exercício de 2021 a Companhia fez investimento na ordem de R\$ 40.611 milhões em aporte de capital nas diferentes SPEs.

No exercício de 2021 a Companhia fez investimento na ordem de H\$ 40.611 milnoes em aporte de capital nas diferentes SPES. Governança corporativa

A Sterlite Brazil Participações S.A. é uma empresa de capital fechado que busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como cadeia de suprimentos, projetos, finanças e recursos humanos. Durante o ano de 2021, a Companhia implantou sistemas e ferramentas necessárias ao aprimoramento de sua governança e processos de controles internos, buscando, cada vez mais, a segurança e transparência nas informações, integração e alinha-

mento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos e estratégias do grupo.

Responsabilidade ambiental e social

Na implantação das linhas de transmissão de energia, o Grupo SBP no Brasil opera em conformidade com a legislação brasi-Na implantação das linhas de transmissão de energia, o Grupo SBP no Brasil opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A SBP entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos. Neste sentido, a companhia desenvolveu um conjunto completo de processos que cobre todas as fases do ciclo de vida de seus projetos. O SWW (Sterlite Way of Working) compreende: Handovers; Criação das SPEs; Licenciamento ambiental; Engenharia; Negociações fundiárias; Supply Chain Management; Gerenciamento e execução de projetos; Qualidade; Saúde e segurança no trabalho. O referido sistema obteve em 2020 as certificações ISO 9001 (2015), ISO 14.001(2015) e ISO 45.001(2018) que foram mantidas em 2021.

Enfrentamento da COVID-19 para garantir a execução de serviços essenciais

A administração da Companhia e de suas controladas seguem diligentes no acompanhamento acompanhando os impactos do novo coronavírus (COVID-19) e em 2021 reforçaram/implementaram medidas de precaução tais como: rodízio de operadores em grupo fixo; sistemas de contingência; restrições de viagens; ampliação de trabalho remoto; limitação de trabalho presencial em grupo fixo; sistemas de contingencia; restrições de viagens; ampliação de trabalho remoto; limitação de trabalho por seio de aplicativo para maior controle por parte da administração; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório; restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual e acompanhamento do quadro de saúde e bem-estar dos seus colaboradores.

Sendo essas as considerações que se faziam oportunas, aproveitamos para registrar agradecimentos aos nossos colaborado-

res, parceiros, fornecedores, acionistas e demais partes interessadas, pela dedicação apoio e confiança demonstrados durante

Aproveitamos, também, para agradecer às autoridades e órgãos relacionados às nossas atividades, que no devido desempenho de suas funções possibilitam o avanço de nossos trabalhos e progresso do País.

São Paulo, 06 de junho de 2022

A Administração

BALANCOS PATRIMONIAIS

31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)											
(2111 11111 112 112 112 112 112 112 112		Cor	ntroladora	Co	nsolidado			Cont	roladora	Con	solidado
	Nota	2021	2020	2021	2020		Nota	2021	2020	2021	2020
Ativo						Passivo					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.746	122.824	137.907	203.495	Fornecedores	14	3.839	821	108.412	17.872
Dividendos a receber		1.874	626	_	_	Partes relacionadas	10	49.791	610	_	610
Concessionárias e permissionárias			_	_	2.981	Arrendamentos		1.232	1.012	1.232	1.012
Ativo de concessão	11	_	_	62.409	38.016	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	_	_	123.018	_
Prêmio de seguro	6	14	79	1.265	890	Encargos setoriais		_	_	_	129
Tributos e contribuições a compensar	7	11.505	11.824	11.970	14.250	Imposto de renda e contribuição social		_	_	97	_
Adiantamento a fornecedores e funcionários	9	67	4	74	16	Tributos e contribuições sociais	16	13.592	109	18.717	479
Outros créditos		_	_	95	_	Salários e encargos sociais		3.838	5.098	4.451	7.696
Recebível na alienação de investimento	8	36.708	_	36.708	_	Dividendos e juros sobre capital próprio		983	329	983	329
Partes relacionadas	10	6.136				PIS e COFINS diferidos	17	_	_	2.278	3.516
Total do ativo circulante		63.050	135.357	250.428	259.648	Outros		1	_	2	_
Ativos de operações descontinuadas	12		9.000	522.406	16.119			73.276	7.979	259.190	31.643
Total do ativo circulante		63.050	144.357	772.835	275.767	Passivos de operações descontinuadas	12	29.978	_	550.771	7.066
Não circulante						Total do passivo circulante		103.254	7.979	809.961	38.709
Realizável a longo prazo						Não circulante					
Ativo da concessão	11	_	_	871.318	475.731	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	_	_	297.861	274.355
Prêmio de seguro	6	5	18	1.201	1.583	Arrendamento		550	1.614	550	1.614
Adiantamento a fornecedores	9	_	_	51.561	17.109	Imposto de renda e contribuição social	16	_	13.396	_	13.396
Tributos e contribuições a compensar	7	_	_	522	_	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	_	_	32.848	33.144
Impostos de renda e contribuição social diferido	17	22.310	_	22.310		PIS e COFINS diferidos	17	_	_	37.987	46.454
Outros		_	_	499	_	Total do passivo não circulante		550	15.010	369.245	368.963
Recebível na alienação de investimento	8		40.060		40.060	Patrimônio líquido					
		22.315	40.078	947.410	534.483	Capital social	19a	370.913	330.677	370.913	330.677
Investimentos	13	559.477	241.132	_	_	Reservas de lucros	19b	173.300	75.685	173.300	75.685
Imobilizado		2.339	2.513	2.339	2.513	Total do patrimônio líquido		544.213	406.362	544.213	406.362
Intangível		836	1.271	836	1.271						
		562.652	244.916	3.175	3.784						
Total do ativo não circulante		584.967	284.994	950.585	538.267						
Total do ativo		648.017	429.351	1.723.420	814.034	Total do passivo e patrimônio líquido		648.017	429.351	1.723.420	814.034
		As notas ex	cplicativas sã	o parte integra	ante das dei	monstrações financeiras individuais e consolidadas					ntinus A



continua 🔆

Controladora



///SterlitePower

STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2021	2020	2021	2020
Receita de implementação da infraestrutura	20	_	_	753.965	45.710
Remuneração do ativo de concessão				30.666	6.441
Receita operacional líquida		_	_	784.631	52.151
Custo de implementação de infraestrutura	21	-	_	(599.812)	(40.420)
Custo de operação e manutenção				_	
Lucro bruto		-	_	184.819	11.731
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	22	(36.047)	(57.623)	(43.892)	(59.414)
Ganho (perda) na alienação de investimentos	23	(8.161)	241.965	(8.161)	241.965
Resultado de equivalência patrimonial	13	129.855	6.375	_	_
Depreciação e amortização		(1.483)		(1.483)	
Lucro antes do resultado financeiro		84.164	190.717	131.283	194.282
Receitas financeiras		1.270	6.057	1.709	6.064
Despesas financeiras		(897)	(1.135)	(19.349)	(1.641)
Resultado financeiro	24	373	4.922	(17.640)	4.423
Lucro antes dos tributos sobre o lucro de operações em continuidade		84.537	195.639	113.643	198.705
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	_	(60.187)	(24)	(60.187)
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	22.310	(13.485)	(6.773)	(16.551)
Lucro líquido do exercício das operações em continuidade		106.847	121.967	106.847	121.967
Lucro (prejuízo) após os tributos das operações descontinuadas	12	(8.525)	23.070	(8.525)	23.070
Lucro líquido do exercício		98.322	145.037	98.322	145.037
As notas explicativas são parte integrante das demonstraçõ	es financ	eiras individ	duais e con	solidadas	

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Con	troladora	Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
Lucro líquido do exercício	98.322	145.037	98.322	145.037	
Total de resultados abrangentes	98.322	145.037	98.322	145.037	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras	s individua	is e consol	idadas		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital	Reserva	Decembe	Reserva de	Lucros		
	subscrito		Reserva legal	retenção de lucro	(prejuízos) acumulados	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	330.677	_	5.849	64.799	_	401.325	
Lucro líquido do exercício	-	-	_	-	145.037	145.037	
Distribuição de reservas de lucros	-	-	_	-	(140.000)	(140.000)	
Constituição de reserva legal	-	_	7.252	_	(7.252)	_	
Absorção de reserva de retenção de lucros				(2.215)	2.215		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	330.677	_	13.101	62.584	_	406.362	
Integralização de capital	40.236	-	-			40.236	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	98.322	98.322	
Perda em transação entre sócios reflexa	-	(19.407)	-	-	-	(19.407)	
Ganho em transação entre sócios	-	19.407	-	-	-	19.407	
Estorno de dividendos distribuídos a maior	-	-	-	275	-	275	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(983)	(983)	
Constituição de reserva legal	-	-	4.916	-	(4.916)	-	
Constituição das reservas de retenção de lucros				92.423	(92.423)		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	370.913		18.017	155.283		544.213	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sterlite Brazil Participações Energia S.A. ("Companhia" ou "Brazil Participações"), é uma Companhia *holding* nacional, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 30 de junho de 2017, e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, as-sociação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial. A Companhia tem a sua sede na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.308 - 8º andar, no município de São Paulo até dezembro 2021, em 2022 foi alterada para Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105, 12 ° andar no município de São Paulo. As acionistas são: Sterlite Power Grid Ventures Limited., com sede em Mumbai, Índia e Sterlite Grid 5 Limited, com sede em Nova Deli, Índia. As Companhias: Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Borborema"), São Francisco Transmissão de Energia S.A. ("São Francisco"), Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Goyaz"), Marituba Transmissão de Energia S.A. ("Marituba"), Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Solaris"), Vineyards Participações S.A. (Vineyards Participações S.A. (Vineyards Participações S.A. ("Solaris"), Se Vineyards Participações S.A. ("Solaris"), Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Se Vineyards") e GBS Participações S.A. (GBS) são controladas da Sterlite Brazil Partipações e têm o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmis-são, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. 1.2. Das concessões: As controladas da Companhia possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

					Revisao		Red	ceita Anual
				Tarifária	<u>Periódica</u>		Permitida - F	RAP (21-22)
		Prazo		Prazo		Índice de		
Concessionária	Contrato	(anos)	Vencimento	(anos)	Próxima	correção	R\$	Mês base
SE Vineyards**	31/2017	30	11/08/2047	5	2023	IPCA	41.809	10/2016
Borborema	15/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA	29.916	02/2018
Borborema - RBNI	15/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA	10.759	02/2018
Goyaz	23/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA	29.473	02/2018
Marituba	26/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA	71.740	02/2018
São Francisco	18/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA	61.124	02/2018
Solaris	31/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA	36.585	02/2018
Solaris - RBNI	31/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA	12.870	02/2018
Columb Tibiti	01/2010	00	Z 1/00/20-10		2021		12.070	02/2010

A Vinevards foi transferida para a Vinevards Participações em maio de 2021, na qual a empresa detém 100% das ações 1.3. Receita Anual Permitida - RAP: A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. O elemento 3, Linha de Transmissão Candiota 2 - Bagé 2 da controlada SE Vineyards foi concluído em 27 de janeiro de 2022 e dessa forma o projeto ficou pronto para sua entrada em operação. 1.4. Encargos regulamentares: Conforme instituído pelo art. 13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização 9.42/76, concessionarias, permissionarias e autorizados, overm recomer diretamente a ANCEL a taxa anual de inscanzação, que é equivalente a 0,4% do valor do beneficio anual auferido em função das atividades desenvolvidas. As controladas da Companhia aplicarão anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria. 1.5. Impactos da COVID-19 (Coronavírus) nos negócios do grupo: A adminis tração da Companhia e de suas controladas vem acompanhando os impactos do novo coronavírus (COVID-19) no cenário macroeconômico e em seus negócios e avaliando constantemente os possíveis riscos de inadimplência, em função de uma macroccorlomico e em seus negocios e avalianto constantente os possiveis riscos de macinipiencia, em initiado de unitario os possiveis ruptura de fluxo de caixa no sistema. Entretanto, entende que as ações que o Governo estruturou de suporte ao Setor de Energia Elétrica foram eficientes para conter estes riscos. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas seguem diligentes no acompanhamento dos prazos de obras em curso, mas considera que eventuais atrasos poderão ocorrer até a normaliza ção das atividades do mercado como um todo. O negócio das controladas da Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia e de suas controladas não considera que exista risco de realização de seus recebíveis em decorrência da CO-VID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia e suas controladas implementaram medidas de precaução para reduzir a exposição dos seus colaboradores ao risco do novo Coronavírus (COVID-19) e, dessa forma, garantir continuida-de e qualidade de suas operações, tais como: rodízio de operadores em grupo fixo; sistemas de contingência; restrições de viagens; ampliação de trabalho remoto; limitação de trabalho presencial com obrigatoriedade de agendamento prévio da estacão de trabalho por meio de aplicativo para major controle por parte da administração; uso obrigatório de máscaras durante toda vad de trabalho por meio de aplicativo para maior cintrole por parte da administração, presencial; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório; restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual e acompanhamento do quadro de saúde e bem-estar dos seus colaboradores. Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia e suas controladas mitigam os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador. Atualmente, não há previsão de atraso nas construções em andamento que nossa afetar as receitas de infraestrutura constantes em suas estimativas nara recunerabilidade do Imposto de renda diferido consolidado. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 até a data de emissão

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Controladora Consolidado

•		Cor	itroiadora	Col	nsolidado
1		2021	2020	2021	2020
	Atividades operacionais				
,	Lucro antes dos tributos sobre as operações em continuidade	84.537	195.639	113.643	198,705
_		(5.146)	34.632	(5.146)	
	Lucro antes dos tributos provenientes de operações descontinuadas			(,	
)	Lucro antes dos tributos	79.391	230.271	108.497	233.337
-	Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa gerado (usado)				
	nas atividades operacionais				
	PIS e COFINS diferidos	_	_	32.264	19.223
	Resultado de equivalência patrimonial	(129.855)	(6.375)	_	_
	Baixa do intangível	(120.000)	18	_	18
)		4 400		4 400	
-	Depreciação e amortização	1.483	1.440	1.483	1.440
-	Adição de ativos mantidos para venda	_	_	_	_
2	Baixa de ativos mantidos para venda	10.401	200.817	_	234.449
ī	Baixa de dividendos	_	275	_	275
	Custódia em garantia - não vinculado	_	10.600	_	10.600
L	(-) Provisão para perdas de ativos mantido para venda	_	22.604	_	22.604
2	Ajuste a valor presente - arrendamentos	356	297	356	297
)		330		330	
)	Reajuste de arrendamentos	_	194		194
)	Juros, variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	_	690	4.367	39.305
7	Baixa de JSCP	_	3.287	_	_
<u> </u>	Outros ajustes	2	35	2	(6)
,		(38.222)	464.153	146.969	561.736
=	Decréscimo (acréscimo) de ativos	(00,			
				(4 000)	(4.000)
	Concessionárias e permissionárias	_	_	(1.206)	(4.098)
	Ativo de concessão			(813.804)	
	Tributos e contribuições a compensar	319	(10.961)	(352)	(11.512)
	Prêmio de seguro	78	(39)	(377)	61
0)	Adiantamentos a fornecedores e empregados	(63)	12	(34.899)	(5.353)
,	Partes relacionadas	(136)	_	((/
)	Outros	(,	1	(644)	28
)		(2)		(044)	20
,	Dividendos a receber	(3)		(054 000)	(004.070)
,		195	(10.987)	(851.282)	(204.672)
	Aumento (diminuição) nos passivos				
	Fornecedores	3.018	(1.007)	17.197	(8.256)
	Tributos e contribuições sociais	87	(162)	5.327	(2.126)
	Encargos setoriais	_	(/	23	(25)
	Salários e encargos sociais	(1.260)	1.414	(3.236)	(500)
		, , ,	1.414		
0)	Contas a pagar - Partes relacionadas	(610)	_	(610)	_
′	Passivo de operações descontinuadas	143.866	_	_	
	Outras obrigações	_	_	_	(790)
	Imposto de Renda e CSLL	_	(58.913)	_	(58.913)
	,	145,101	(58.668)	180.701	
	Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		394.498		
)	Investimento em controladas		(81.909)	(020.012)	200.404
7					(40.000)
	Recebível alienação de investimentos		(40.060)	3.352	(40.060)
)	Aquisição de ativo imobilizado	(874)		(874)	
-	Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(311.978)	(121.969)	2.478	(40.060)
	Pagamento de dividendos	_	(140.000)	_	(140.000)
-	Aumento de capital	40.236	· · · · · · · · · ·	40.236	_
2	Pagamentos de arrendamento	(1.200)	(1.193)	(1.200)	(1.193)
		(1.200)	(1.190)		(1.133)
	Debêntures e empréstimo captados líquidos do custo de emissão		_	416.512	_
2	Captação de empréstimos com partes relacionadas	49.791	_	_	_
١	Empréstimo pagos	_	(30.000)	_	(30.000)
	Títulos e valores mobiliários - conta reserva	_	_	_	(3.577)
	Juros pagos	_	(1.015)	_	(4.649)
5	Passivo disponível para venda	_	(_	(,
	Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	00 000	(172.208)	AEE E40	(179.419)
,					
-	Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	(116.078)			66.975
	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	122.824			136.520
-	Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.746		137.907	203.495
3	Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	116.078	(100.321)	(65.588)	66.948
-					
	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações finance			:Olidadae	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

no: (i) uso do pressuposto de continuidade operacional; (ii) gestão de liquidez; (iii) exposição da Companhia e de suas controladas aos impactos no setor elétrico e, concluiu não existirem impactos a serem reconhecidos nestas demonstrações financeiras

individuais e consolidadas em decorrência deste assunto APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Bases de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia e suas controladas não possuem outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 06 de junho de 2022. 2.2. Continuidade operacional: Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza naterial que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações fi-nanceiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 39,221, porém a administração não entende este fato como um risco, uma vez que para reverter esse ponto, concluirá a venda do projeto Vineyards em 2022, gerando os recursos necessários para reverter esta situação. 2.3. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas pela moeda fun cional que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam. 2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolida: das requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em juganientos, estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (Nota 17); • Contabilização de contratos de concessão (Nota 11). Na contabilização dos contratos de concessão, as controladas da Companhia efetuam análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual Momento de reconhecimento do ativo contratual: A Administração das controladas da Companhia avaliam o momento de reco nhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre as entidades e seu cliente no início do contrato que foi de 9.44%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que as controladas da Companhia têm direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. <u>Determinação das receitas de implementação da infraestrutura</u>: Quando a concessioná-ria presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos servicos de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Determinação das receitas de operação e manutenção: Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de servico. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato.



///SterlitePower

STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Economia & Negócios

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos servicos prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão. 2.5. Procedimentos de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e suas controladas. As controladas são todas as Companhias nas quais a Sterlite Brazil Participações S.A. detém o controle, o controle é obtido quando a Companhia tran o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As controladas são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

Participação % 2021 2020 Controladas Controladas Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Borborema") Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Goyaz") Marituba Transmissão de Energia S.A. ("Marituba") 100 100 Martidoa Harishissado de Enlergia S.A. (Martidoa) São Francisco Transmissão de Energia S.A. ("São Francisco") Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Solaris") 100 100 100 100 GBS Participações S.A. 100 SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. ("Vineyards") Vineyards Participações S.A.* 100

* Em maio 2021, 100% das ações da SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. foram transferidas para Vineyards Participações S.A. A Companhia manteve sua participação indireta nesta controlada. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as Companhias consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas; (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as Companhias consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) <u>Ativos financeiros</u>: i) <u>Classificação e mensuração</u>. Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos finan-ceiros. A Companhia e suas controladas apresentam os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: <u>Ativos financeiros ao valor</u> justo por meio de resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros desig-nados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluconso a sel obligatoriamente inferioriados ao valor justo. Anvos inferioriados cominios xos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados a aplica-ções financeiras. *Custo amortizado*: Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de pindi-cipal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recupe-rável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imate rail. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e bancos, concessionárias e permissionárias, empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos e fornecedores, ii) Reduempleasinos, inicial mandante de debidines, al relativos financeiros (impairment): Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exce-ção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) Baixa de ativos financeiros: A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelas controladas em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. 3.2. Caixa e equivalente de caixa: O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação (nota 5). 3.3. Ativo de concessão - contratual: Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implemanter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos servicos prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, à receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classifica-dos em: a) <u>Ativo de concessão - financeiro</u>: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita origina somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) <u>Ativo de concessão - contratual:</u>
As concessões das controladas da Companhia foram classificadas dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adocão do CPC 47 Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de de-sempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempe-nho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessio-nárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus

na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) re-munerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, e, (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infra-estrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionados à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. 3.4. Investimentos: A Companhia bem como suas controladas reconhecem e demonstram os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial. 3.5. Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas: A companhia classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Estes ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pe-las despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro. Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altarmente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumei-ros para venda de tais ativos mantidos para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado da Companhia está comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação, conforme indicado na Nota 12. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial. Uma operação descontinu-ada é um componente da entidade que foi baixado ou está classificado como mantido para venda e: • Representa uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações; • É parte integrante de um único plano coordenado para venda de uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações; • • É uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo da revenda. Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os tributos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado. Divulgações adicionais são apresentadas na Nota 12. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações em continuidade, exceto quando mencionado de outra forma. 3.6. Ativo imobilizado: É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada, representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. 3.7. Ativo intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida: (i) ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em rela-ção à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. (ii) ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. Ga-nhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo re conhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. 3.8. Ar-rendamentos: a) Controladora como arrendatária: A Companhia avalia na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Arrendatário: A Compa-nhia e suas Controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrenda mento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa implícita encontrada na taxa de capitação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arren damento. 3.9. Demais ativos circulantes e não circulantes: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gera e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. 3.10. Passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanco quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas ten do como base as melhores estimativas do risco envolvido. 3.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de regis tro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.12. Dividendos e juros sobre capital próprio**: A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. A Companhia e suas controladas podem distribuir juros sobre o capital próprio, os quais são dedutí-veis para fins fiscais e imputá-los aos dividendos obrigatórios. Quando distribuídos são demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. 3.13. Segmento de negócio: Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados opera cionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão. A Administração da Companhia entende que, embora suas controladas reconheçam receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de

operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de

energia elétrica, 3.14. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos finan-ceiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circuns tâncias econômicas operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda aiustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável. 3.15. Reconhecimento de receita: As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigacões de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando hou-ver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito As receitas das controladas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:
a) Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elé-trica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de im-plementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração dos ativos de concessão: Referese aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa de desconto, que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa, c) Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de trans-missão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. d) <u>Ganho ou perda de eficiência na implementação de infraestrutura</u>: Refere-se às variações positivas ou negativas alocadas no resultado no momento da entrada em operação de cada projeto de reforço, melhorias e os novos contratos de concessão. 3.16. Despesas operacionais: As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na De-COFINS quando aplicavel. A companhia classifica seus gastos operacionais na De-monstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o reque-rido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de in-fraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. 3.17. Imposto de renda e contribuição social: Correntes: O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A companhia não apresenta saldos de tributos correntes. A Companhia e as controladas Marituba e São Francisco se encontram em regime de tributação de Lucro real. Durante o exercício de 2021, as controladas Borborema, Solaris e Goyaz alteraram o seu regime tributário para o Lucro presumido. O cálculo do imposto de renda tem como base 8% da receita total e sobre esse resultado é aplicada a alíquota de 25%, enquanto para o cálculo da contribuição social utiliza como base 12% da receita total e sobre o resultado aplica mos a alíquota de 9%. <u>Diferidos</u>: Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia e suas controladas pretendem liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. <u>Impostos sobre serviços</u>: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre servicos, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. 3.18. Provisões: As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações reque-ridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas de risco provável A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Em 31 de dezembro de 2021, constatou que não há ações movidas contra a Companhia e suas controladas com prognóstico de perda classificadas como "provável" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários. **3.19. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e des pesas com juros sobre empréstimos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da tenção de recursos financeiros

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021: A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2021 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, • Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência; • Alterações no CPC 06 (R2): Beneficios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. 4.2 Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia e suas controladas ainda não concluiram a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Controladora Caixa e depósitos bancários Aplicações financeiras

4.208	195	42.841	3.39
2.538	122.629	95.066	200.099
6.746	122.824	137.907	203.49
omo ativo	s financeir	os a valor	justo p

Consolidado

meio do resultado, são do tipo CDB, remuneradas pelo CDI. Em 2021 a rentabilidade



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o toi publicada na pagina de Relação com livestidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no lives de la lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicac



///Sterlite Power

STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Economia & Negócios

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado) das aplicações financeiras da Companhia foi de R\$ 1.270 (R\$ 5.950 em 2020). Nas controladas, a rentabilidade totalizou R\$ 1.266 em 2021 (R\$ 8.383 em 2020).

6. PRÊMIO DE SEGURO

	Control	adora	Conso	lidado
	2021	2020	2021	2020
Prêmio de seguro				
Circulante	14	79	1.265	890
Não circulante	5	18	1.201	1.583
	19	97	2.466	2.473
A controladora possui seguro contratado contra riscos de incêndios do prédio comercial locado	para sua	as ativid	ades, de	acordo

com cláusula contratual de arrendamento. As controladas possuem contratos de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016, 002/2017, 002/2018 e 004/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública. As garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, são apresentadas a seguir:

			vaior	
Companhia	Seguradora	Garantias	segurado	Vigência
Brazil				
Participações	Chubb Seguradora	Seguro incendo	R\$9.146	03/07/2021 a 03/07/2022
Brazil				
Participações	Pottencial Seguradora	Locação de imóvel	R\$1.648	01/06/2020 a 31/05/2023
São Francisco	Swiss RE Corporate	Construção e fornecimento na prestação de serviços	R\$38.632	13/09/2018 a 17/06/2024
Borborema	Axa Seguros S.A.	Construção e fornecimento na prestação de serviços	R\$ 283.282	21/06/2021 a 31/03/2024
Borborema	Swiss RE Corporate	Construção e fornecimento na prestação de serviços	R\$18.342	13/09/2018 a 16/12/2023
Goyaz	Swiss RE Corporate	Construção e fornecimento na prestação de serviços	R\$16.079	13/09/2018 a 18/06/2023
	Fairfax Brasil Seguros			
Goyaz	Corporativos S.A.	Construção e fornecimento na prestação de serviços	R\$ 263.213	20/08/2021 a 30/06/2024
Marituba	Swiss RE Corporate	Construção e fornecimento na prestação de serviços	R\$28.025	13/09/2018 a 16/12/2023
Solaris	Swiss RE Corporate	Construção e fornecimento na prestação de serviços	R\$20.156	13/09/2018 a 27/09/2024
Solaris	Axa Seguros S.A.	Construção e fornecimento na prestação de serviços	R\$345.091	25/06/2021 a 15/04/2024
Vineyards	Axa Seguros S.A.	Construção e fornecimento na prestação de serviços	R\$19.764	02/08/2017 a 08/05/2023
7 TOIDLIT	OC E CONTRIBI	UÇÕES A COMPENSAR		

7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇOES A COMPENSAR

	Conti	oladola	Consolidadi		
	2021	2020	2021	2020	
Tributos retidos sobre faturamento	_	_	_	187	
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	_	1.016	_	2.042	
PIS e COFINS a recuperar	10	_	988	978	
ICMS a recuperar	_	_	_	_	
IR e CSLL retido na fonte	11.490	10.803	11.497	11.038	
Outros	5	5	7	5	
	11.505	11.824	12.492	14.250	
Circulante	11.505	11.824	11.970	14.250	
Não Circulante	_	_	522	-	
. ~					

8. RECEBÍVEL NA ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTO

	Contr	oladora	Con	solidado
	2021	2020	2021	2020
Recebível na alienação de investimento	36.708	40.060	36.708	40.060
Circulante	36.708	_	36.708	_
Não circulante	_	40.060	_	40.060
O	- 1	0!! -		

sendo R\$ 4.284 referente ao deposito realizado pela V2i compradora da Arcoverde e R\$ 32.424 referente ao depósito realizado pela Engie, compradora da Novo Estado. O valor em custódia servirá como garantia e fonte de pagamento de qualquer indenização devida pela companhia às partes indenizadas pelas compradoras. O valor está previsto para ser recebido no segundo semestre de 2022.

9. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES E FUNCIONÁRIOS

	2021	2020	2021	2020	
Adiantamento a funcionários (i)	49	4	56	16	
Adiantamento a fornecedores (ii)	18		51.579	17.109	
	67	4	51.635	17.125	
Circulante	67	4	74	16	
Não circulante	_	_	51.561	17.109	
(i) Os valores apresentados no circulante nos exercícios de 2021 e 2020, estão relacionados	principa	Imente	a adianta	mento de	

Controladora

Consolidado

viagens a funcionários. (ii) Refere-se substancialmente aos recursos liberados aos fornecedores e subcontratadas relacionados à obra, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construcão da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e servicos os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores

10. PARTES RELACIONADAS a) Reembolso de despesas

	Controladora	Controladora
	2021	2020
SE Vineyards	1.106	_
Borborema	788	_
São Francisco	1.550	_
Goyaz	699	_
Marituba	1.133	_
Solaris	860	_
Sterlite Power Transmission Limited*		610
Total	6.136	610
A Companhia possui engrações com partos relacionadas (possesse jurídicas) em 31 de dezem	bro do 2001 - De	2000 200 200

A Companhia possui operações com partes relacionadas (pessoas jurídicas) em 31 de dezembro de 2021. • R\$ 223 por reem bolso de despesas judiciais em processo movido pela empresa ASB - Accoutancy Service Brasil Assessoria Contábil LTDA. contra a Brasil Participações S.A. e subsidiárias; • R\$ 109 por reembolso de serviços de consultoria em processos movido pela empresa ASB Accoutancy Service Brasil Assessoria Contábil LTDA. contra a Brasil Participações S.A. e subsidiárias; • R\$ 5.804 referente a reembolso de despesas de comissão garantia. * Em 2020, o montante de R\$ 610 está relacionado ao reembolso de

comissão garantia. b) Empréstimos entre partes relacionadas:

				Control	adora
Credor	Companhia	Encargos	Data final	2021	2020
GBS Participações (Parte Relacionada)	Brasil	N/A	30/09/2022	49.791	-
11. ATIVO DE CONCESSÃO					

	2021	2020
Saldo inicial	513.747	399.006
Transferido para ativo mantido para venda	(393.823)	(36.663)
Receita de implementação da infraestrutura	621.847	44.542
Margem de implementação da infraestrutura	159.171	5.829
Remuneração do ativo de concessão	32.786	7.099
(–) Faturamento de operações descontinuadas	-	(26.905)
Operações descontinuadas	_	120.839
Saldo final	933.727	513.747
Circulante	62.409	38.016

Não circulante 871.318 475.731 12. ATIVOS E PASSIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES **DESCONTINUADAS**

Em 2021, a Administração da Companhia iniciou plano de venda da sua controlada Vineyards Participações S.A., visando estrategicamente a alienação do investimento. A previsão para conclusão dessa venda é o segundo semestre de 2022. Em maio 2021, a controlada Dunas Transmissão de Energia S.A. foi vendida para a companhia Cymi Construções e Participações S.A. Por se referirem a ativo cuja alienação do controle é altamente provável, o investimento foi classificado como mantido para venda, e todos os ativos e passivos atrelados destas controladas foram classificados em linha separada do balanço para fins de evidenciação. Os montantes registrados nas respectivas rubricas estão mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda conforme demonstrado abaixo. A Companhia entende que devido a representa tividade destas controladas, a venda destes ativos satisfaz os critérios de operação descontinuada, portanto, os resultados provenientes destas controladas estão apresentados em linha separada na demonstração do resultado bem como no fluxo de caixa. O resultado do exercício das controladas SE Vineyards, Vineyards Participações, Dunas, Arcoverde, Novo Estado e Pampa são apresentados a seguir:

2021		Dunas*	(con	solidado)	SE V	ineyards	Consolidado
Receitas		1.719		58.441		28.883	89.043
Custos		(384)		(13.433)		(10.255)	(24.072)
Lucro bruto		1.335		45.008		18.628	64.971
Despesa		(661)		(2.779)		(573)	(4.013)
Resultado financeiro		(53)		(48.043)		(18.009)	(66.105)
Resultado antes dos tributos provenientes	de						
operações descontinuadas		621		(5.814)		46	(5.147)
Imposto de renda e contribuição social dife		(223)		(4.788)		1.633	(3.378)
Resultado após os tributos proveniente	de						
operações descontinuadas		398		(10.602)		1.679	(8.525)
2020	Arcoverde*	SE Vineyards	Dunas	Novo Esta	do*	Pampa*	Consolidado
Receitas	7.521	101.521	9.444	20.	655	65	139.206
Custos	(1.835)	(47.788)	(4.301)	(13.5	545 <u>)</u>	(37)	(67.506)
Lucro bruto	5.686	53.733	5.143	7.	110	28	71.700
Despesa	(792)	(2.080)	(1.210)	(4	178)	(52)	(4.612)
Resultado financeiro	(3.756)	(28.139)	(503)		(58)		(32.456)
Resultado antes dos tributos provenientes							
de operações descontinuadas	1.138	23.514	3.430	6.	574	(24)	34.632
Imposto de renda e contribuição							
social diferidos	(548)	(7.585)	(1.266)	(2.1	171 <u>)</u>	8	(11.562)
Resultado após os tributos proveniente							

de operações descontinuadas 590 15.929 2.164 4.403 (16) 23.070 (*) Os valores das controladas Arcoverde, Novo Estado e Pampa referem-se ao resultado até 31 de março de 2020, período pelo qual a companhia detinha controle acionário e para Dunas referem-se ao resultado até 31 de maio de 2021. Os ativos e passivos em 31 dezembro 2021 classificados como mantido para venda está detalhado abaixo:

	SE Vineyards	Vineyards Participações	Consolidado
Ativo	2021	2021	2021
Caixa e equivalentes de caixa	60.796	19	60.815
Concessionárias e permissionárias	4.187	_	4.187
Ativo de concessão	454.528	_	454.528
Prêmios de seguros	384	_	384
Tributos e contribuições a compensar	2.092	18	2.110
Outros	10	_	10
Adiantamentos a fornecedores e empregados	373	_	373
Ativos de operações descontinuadas	522.370	37	522.406
Passivo		_	
Fornecedores	3.857	46	3.902
Empréstimos e financiamentos		_	_
Debêntures	311.255	160.456	471.711
Tributos e contribuições sociais	477	_	477
Salários e encargos sociais	9	_	9
Imposto de renda e contribuição social	8	_	8
Encargos regulatórios	152	_	152
PIS e COFINS diferidos	41.968	_	41.968
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32.535	_	32.535
Outros	8	_	8
Passivos de operações descontinuadas	390.269	160.502	550.771
Dividendos e juros sobre capital próprio	572	(65)	507
Partes Relacionado a pagar	1.106		1.106
Ativos (passivos) de operações descontinuadas	130.423	(160.400)	(29.978)
Os ativos e passivos classificados em 31 dezembro 2020 como m	nantido para vend	la está detalhado abaixo:	Dunas
			2000

Caixa e equivalentes de caixa	27
Ativo de concessão	36.663
Prêmios de seguros	947
Tributos e contribuições a compensar	154
Adiantamentos a fornecedores e empregados	932
Ativos de operações descontinuadas	38.723
Passivo	
Fornecedores	513
Salários e encargos sociais	5
PIS e COFINS diferidos	3.391
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.157
Passivos de operações descontinuadas	7.066
Dividendos e juros sobre capital próprio	53
Provisão para ajuste a valor justo	(22.604)
Ativos líquidos de operações descontinuadas	9.000

Os fluxos de caixa líquidos gerados (consumido) pelas Companhias cuja, operação foi classificada como descontinuada é como Vineyards Participações (consolidado) **Dunas** SE Vineyards Consolidado (11.075) (12.788)

Atividades operacionais Atividades de investimentos Atividades de financiamento 1.003 (7.398)Caixa líquido gerado (18.473)(719) (19.183) 2020 Novo Estado Arcoverd Atividades operacionais Atividades de investimentos Atividades de financiamento Caixa líquido gerado 33.802 (15)

(*) Os valores das controladas Arcoverde, Novo Estado e Pampa referem-se ao res qual a companhia detinha controle acionário. marco de 2020, período pelo

13. INVESTIMENTOS

a) Informações dos investimentos mantidos pela Companhia (controladas):

Qtde. de Participação

26.045.000

a) Ativos e passivos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

		Qtae. ae	Participação						
		ações	no capital						
		ordinárias	integra-	Capital				Patrimônio	Lucro
	Data-base	_possuídas	lizado (%)	integralizado	AFAC	Ativos	Passivos	líquido	líquido
Borborema	2021	139.019.259	100	122.500	3	378.409	203.814	174.595	51.304
São Francisco	2021	292.182.516	100	31.686	1.747	44.016	8.659	35.357	1.158
Goyaz	2021	77.089.450	100	77.089	2.283	205.248	107.930	97.318	16.653
Marituba	2021	61.452.528	100	54.154	36.383	114.634	16.799	97.835	5.484
Solaris	2021	20.732.000	100	97.553	165	378.328	216.986	161.342	62.327
GBS									
Participações S.A.	2021	100	100		100	49.890	56.861	(6.971)	(7.071)
		590.475.853		382.983	40.681	1.170.525	611.049	559.476	129.855
		Otd	o do						

	590.4	75.853	<u> </u>	<u>.983 40.681 1.</u>	170.525	611.049	559.476 1	29.855
		Qtde. de						
		ações	Participação no					
		ordinárias	capital	Capital			Patrimônio	Lucro
	Data-base	possuídas	integralizado (%)	integralizado	Ativos	Passivos	líquido	líquido
SE Vineyards	2020	65.010.641	100	65.011	480.340	356.707	123.633	15.929
Borborema	2020	139.019.259	100	21.041	27.596	5.280	22.316	1.493
São Francisco	2020	292.182.516	100	24.101	29.044	4.166	24.878	996
Goyaz	2020	17.715.000	100	17.715	23.155	3.989	19.166	1.119
Marituba	2020	26.652.000	100	26.652	32.599	4.081	28.518	1.562
Solaris	2020	20.732.000	100	20.732	26.588	3.967	22.621	1.205
		561.311.416		175.252	619.322	378.190	241.132	22.304
b) Informações dos invest	imentos mar	tidos para ve	nda:					

		Data-base	ordinárias	no capital integrali- i zado - %		AFAC	Ativos	Passivos	relacio- nadas a pagar	mônio	Resultado do exercício
	Vineyards										
	Participações	31/12/2021	1.100	100	1.1	30	522.407	550.771	1.613	(29.977)	(10.602)
	Vineyards	31/05/2021	65.010.641	100	65.011	_	-	_	_	-	1.679
1	Dunas	31/05/2021	27.047.900	100	27.047						399
			92.059.641		92.060	30	522.407	550.771	1.613	(29.977)	(8.525)
			Qtde. de	Participa	ção						
			ações	no cap	ital						
			ordinárias	integr	ali-	Cap	ital		F	Patrimônio	b Lucro
		Data-base	<u>possuídas</u>	zado	- % inte	egraliza	ado Ati	ivos Pas	sivos	líquido	<u>líquido</u>
	Dunas	31/12/2020	26.045.000		100	26.	045 38.	.723	7.119	31.60	4 2.164
	Arcoverde	31/03/2020	0 –		_		_	-	_		- 590
	Novo Estado	31/03/2020	0 –		_		_	-	_		- 4.403



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode s Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

7.119

26.045

Partes

Controladora

Consolidado

Controladora



///SterlitePower

STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

		V	alor do	Aporte	Constituição	D Equ	uivalência	Transferência	l	Valor do
		Invest	imento	de	de	e patrimonial	operação	para mantido	Inve	stimento
		eı	m 2020	capital	dividendos	descon	tinuada (i)	para venda		em 2021
SE Vineyards		1	23.633	_	-	-	_	(123.633))	-
Borborema			22.316	101.462	(487)	51.303	-		174.596
São Francisco			24.878	9.332	(11)	1.158	_		35.356
Goyaz			19.167	61.657	(158)	16.653	-		97.318
Marituba			28.516	63.885	(52)	5.484	_		97.836
Solaris			22.622	76.986	(592)	62.328	_		161.342
Vineyards Partici	pações		_	31	-	_	_	(31))	-
Dunas			_	1.003	-	-	_	(1.003))	-
GBS Participaçõ	es		_	100	-	-	(7.071)	_		(6.971)
Total		2	241.132	314.456	(1.300)	129.855	(124.667)		559.477
	Valor do			E	quivalência	Baixa de	Provisão	oara		
	Valor do Investimento					Baixa de investimento		para rdas		Valor do
		Aporte	Consti	ŗ	oatrimonial/		pei		ència	Valor do Investi-
	Investimento	Aporte de	Consti	ŗ	oatrimonial/	investimento	pei de at	rdas		
	Investimento em 2019	de		r tuição	oatrimonial/ i operação r	investimento mantido para	pei de at	rdas ivos Transferé tido para mai	ntido	Investi-
Borborema	Investimento em 2019 (reapre- sentado)	de		tuição de	oatrimonial/ i operação i descon-	investimento mantido para venda até	pei de at man	rdas ivos Transferé tido para mai	ntido	Investi- mento
Borborema São Francisco	Investimento em 2019 (reapre- sentado)	de capital		tuição de endos	oatrimonial/ operação r descon- tinuada (i)	investimento mantido para venda até	pei de at man	rdas ivos Transferé tido para mai	ntido	Investi- mento em 2020
	Investimento em 2019 (reapre- sentado) 7.469	de capital 13.365 9.601		tuição de endos (11)	operação r descon- tinuada (i) 1.493	investimento mantido para venda até	pei de at man	rdas ivos Transferé tido para mai	ntido	Investi- mento em 2020 22.316
São Francisco	Investimento em 2019 (reapre- sentado) 7.469 14.288 5.714	de capital 13.365 9.601		tuição de endos (11) (7)	operação r operação r descon- tinuada (i) 1.493 996	investimento mantido para venda até	pei de at man	rdas ivos Transferé tido para mai	ntido	Investi- mento em 2020 22.316 24.878
São Francisco Goyaz	Investimento em 2019 (reapre- sentado) 7.469 14.288 5.714	de capital 13.365 9.601 12.344 18.426		tuição de endos (11) (7) (10)	patrimonial/ i operação r descon- tinuada (i) 1.493 996 1.119	investimento mantido para venda até	pei de at man	rdas ivos Transferé tido para mai	ntido	Investi- mento em 2020 22.316 24.878 19.167
São Francisco Goyaz Marituba	Investimento em 2019 (reapre- sentado) 7.469 14.288 5.714 8.535 7.651	de capital 13.365 9.601 12.344 18.426		tuição de endos (11) (7) (10) (7)	operação r descon- tinuada (i) 1.493 996 1.119 1.562	investimento mantido para venda até	pei de at man	rdas ivos Transferé tido para mai	ntido	Investi- mento em 2020 22.316 24.878 19.167 28.516
São Francisco Goyaz Marituba Solaris	Investimento em 2019 (reapre- sentado) 7.469 14.288 5.714 8.535 7.651 43.657	de capital 13.365 9.601 12.344 18.426 13.776 67.512	divide	tuição de endos (11) (7) (10) (7) (10) (45)	operação r descon- tinuada (i) 1.493 996 1.119 1.562 1.205 6.375	investimento mantido para venda até	pei de at man	rdas ivos Transferé tido para mai	ntido	Investi- mento em 2020 22.316 24.878 19.167 28.516 22.622

	Valor do			Equivalência	Baixa de	Provisão para		
	Investimento			patrimonial/	investimento	perdas		Valor do
			Constituição		mantido para		Transferência	
	(reapre-	de	de	descon-	venda até	mantido	para mantido	mento
	sentado)	capital	dividendos	tinuada (i)	31/03/2020	para venda	para venda	em 2020
Arcoverde	_	_	_	590	(590)	_	_	_
SE Vineyards	107.855	_	(151)	15.929	_	-	-	123.633
Novo Estado	-	-	_	4.403	(4.403)	_	-	_
Dunas	20.079	9.381	(20)	2.164	_	(22.604)	(9.000)	_
Pampa				(16)	16			
Total	127.934	9.381	(171)	23.070	(4.977)	(22.604)	(9.000)	123.633

						Baixa de	
	Valor do	Aporte	Mantido			Investimento	Valor do
	Investimento	de	para	Operações	Transferencia	mantido para	Investimento
	em 2020	capital	venda	descontinuadas	controladora	venda até 2021	em 2021
Dunas	9.000	_	1.003	398	_	(10.401)	_
SE Vineyards	_	_	123.633	1.679	(125.312)	_	_
Vineyards Participações		_	32	(10.602)		(19.407)	(29.977)
Total	9.000		124.668	(8.525)	(125.312)	(29.808)	(29.977)

14. FORNECEDORES

	Controladora		Cons	olidado
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores de materiais e serviços	1.459	432	38.992	432
Relacionados a implementação da infraestrutura	_	_	_	7.682
Retenções contratuais	_	_	9.314	1.016
Materiais e serviços não faturados (i)	2.380	389	60.106	8.742
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	3.839	821	108.412	17.872
(i) Provisão conforme holetim de medição de serviços realizados para mobilização de canti	eiro fund	മറ്റ്ളെ ഉ	administra	cão FPC

realizados em dezembro de 2021 a ser faturado no decorrer de 2022. Em 2021 ocorreu intensificação nas atividades de construção em todos os projetos, gerando o incremento nos saldos com recebimento de NFs a pagar bem como provisões conforme boletim de medição de serviços realizados para mobilização de canteiro, fundações e administração EPC realizados em dezembro de 2021 a ser faturado no decorrer de 2022. Soma-se ainda a justificativa da intensificação nas atividades de construção o fato de Borborema, Goyaz e Solaris terem previsão para comissionamento nos 2º e 3º trimestres de 2022.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a)	Os	empre	éstimos	e debé	entures	são	composto	s da	seguinte	e forma:
,										

				Con	<u>isolidado</u>
Credor	Companhia	Encargos	Data final	2021	2020
Banco Modal - CCB (Ponte)	GBS	CDI + 4,50%	31/03/2022	56.595	_
Banco Modal - CCB (Ponte)	Goyaz	CDI + 4,50%	31/03/2022	66.377	
Total Banco Modal				122.972	
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Borborema	IPCA + 1,4541%	15/12/2040	84.382	_
BNB - Banco do Nordeste não prioritário	Borborema	IPCA + 1,7772%	15/12/2040	13.013	
Total BNB				97.395	_
Debêntures	Borborema	IPCA + 6,10%	16/01/2045	49.551	_
Debêntures	Solaris	IPCA + 6,40%	15/01/2045	150.961	_
2ª Emissão de debêntures	Vineyards			_	274.355
Total debêntures				200.512	274.355
Total				420.879	274.355
Circulante				123.018	
Não circulante				297.861	274.355
b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos:					
Movimentação 2021					

				para					
			Saldo em	passivo disponível	Captações		Atualização	Custos de	Saldo em
Instituiçõ	es financeiras	Empresa	31/12/2020		e adições	Juros			31/12/2021
Debênture	es	Vineyards	274.355	(274.355)		_	_		_
BNB - Bar	nco do			, ,					
Nordeste	, prioritário	Borborema	_	_	84.343	39	_	_	84.382
BNB - Bar	nco do Nordeste,								
não prior	itário	Borborema	_	_	13.007	7	_	_	13.014
Debênture	es	Borborema	_	_	50.000	346	547	(1.341)	49.551
Debênture	es	Solaris	_	_	150.000	633	824	(496)	150.961
CCB Band	co Modal,(Ponte)	Goyaz	_	_	65.000	1.377	_	_	66.377
CCB Band	co Modal,(Ponte)	GBS			56.000	595			56.695
Total			274.355	(274.355)	418.350	2.996	1.371	(1.838)	420.879
Moviment	ação do dobânturo	e - 2020							

Transferência

		Saido em		Atualização	Pagamento de	Saldo en
Instituições financeiras	Empresa	31/12/2019	Juros	monetária	juros/principal	31/12/2020
Debêntures	Vineyards	249.459	13.286	11.07	_	274.355
CCB Banco ABC	SBP	30.325	690		(31.015)	
Total		279.784	14.516	11.07	(31.015)	274.355

Borborema: A Companhia realizou a primeira emissão de debêntures, em dezembro de 2021, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia real e garantia fidejussória adicional, com amortização do valor nominal unitário atualiza-do, em 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 28 (vinte e cinco) meses, contado a data de emissão, sendo a primeira parcela vincenda em janeiro de 2024 e a última em janeiro de 2045 remunerada pela taxa IPCA + 6.10% a.a. Em outubro de 2021 a Companhia firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo pera taxa il 04 + 0,10 % a. En outubro de 2021 a Compania il il il o BTG. Fornato de l'estayad de darantad (c) (c) d', il como fiadores os bancos: Itaú Unibanco, Banco Santander (Brasil) e BTG. Fornato del restayad de Borborema, fianças bancárias no valor de R\$ 50.000 referente à 1ª Emissão de Debêntures e ainda R\$ 139 milhões referente ao financiamento do projeto junto ao Banco do Nordeste ("BNB") porém desse montante foram recebidos apenas R\$ 97.000 até de dezembro de 2021. De acordo com o CPG, os pagamentos de comissão de fianças são pagos ao fim de cada período trimestral com base nos saldos atualizados da 1ª Emissão de Debêntures e do financiamento junto ao BNB. O custo é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e *pro rata temporis*, até a conclusão do projeto. Em 31 de dezembro de 2021, inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (*covenants*). *Solaris*: A Companhia realizou a primeira emissão de debêntures, em dezembro de 2021, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia real e garantia fidejussória adicional, com amortização do valor nominal unitário atualizado, em 44 (quarenta e quatro) parcelas se-mestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 25 (vinte e cinco) meses, contado a data de emissão, sendo a primeira parcela vincenda em fevereiro de 2024 e a última em fevereiro de 2045 remunerada pela taxa IPCA + 6,40% a.a. Em novembro de 2021 a Companhia firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco e BTG. Foram emitidas, em nome de Solaris, fianças bancárias no valor de R\$ 150.000 referente à 1º Emissão de Debêntures e R\$ 150.000 referente ao financiamento do projeto junto ao Banco do Nordeste ("BNB") com expectativa de recebimento de R\$ 75.000 em maio 2022 e o restante em até três meses depois. De acordo com o CPG, os pagamentos de comissão de fianças são pagos ao fim de cada período trimestral com base nos saldos atualizados da 1ª Emissão de Debêntures. O custo é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e *pro rata temporis*, até a conclusão do projeto. Em 31 de dezembro de 2021, inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants). Goyaz dezenibilo de 221, iniciales evenid de venidinario a interplado da divida feliadoridad a distablia festivas (coverantes). Objecto de A Companhia realizou a primeira emissão de debêntures Ponte, em outubro de 2021, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e validade até 31 março 2022 remunerada pela taxa CDI +4.50% a.a. Vineyards: A Companhia realizou a segunda emissão de debêntures, em dezembro de 2019, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia real e garantia fidejussória adicional, com amortização do valor nominal unitário atualizado, em 42 (quarenta e duas) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 29 (vinte e nove) meses, contado a data de emissão, sendo a primeira parcela vincenda em janeiro de 2022 e a última em julho de 2042 remunerada pela taxa IPCA +5,2381% a.a. Em novembro de 2019 a Companhia firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos: Itaú

Unibanco, Banco Santander (Brasil) e Banco ABC Brasil. De acordo com o CPG, os pagamentos de comi pagos ao fim de cada período trimestral totalizando o montante de R \$8.556 em 31 de dezembro de 2021 (R\$5.226 em 31 de pagos ao lim de cada período filhestra totalizando o hionante de A \$6.556 de 21,51 de dezembro de 2021 (A\$5.226 em 31 de decembro de 2020) com base no saldo atualizado da debênture. O custo é de 2,5% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e *pro rata temporis*, até a conclusão do projeto. Após a conclusão do projeto, o custo é ajustado para 1,3% ao ano (base 360 dias). O contrato prevê que a Companhia deve manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD) acima de 1,3. Em 30 dias.) O comitato preve que a companha deve manter o minde de Coberdia do Serviço da Divida (1CSD) acimia de 1,3. Em 31 de dezembro de 2021, todas as cláusulas restritivas foram atendidas, e este índice, estava dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida. Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos a seguir:

	31/12/2021
2023	3.407
2024	5.026
2025	7.029
2026	10.037
2027	10.571
2028	12.231
2029	13.730
2030	16.603
Após 2031	219.227
Total das obrigações	297.861
~	

16. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2021	2020	2021	2020
PIS e COFINS	13	49	13	72
IRPJ	_	9.850	_	9.850
CSLL	96	3.546	105	3.546
ISS	10	2	1.766	73
INSS Terceiros	19	10	1.357	93
ICMS	_	_	1.658	8
Contribuição social retida na fonte	3.546	_	3.695	128
Imposto de renda retido na fonte	9.863	7	10.022	38
Outros impostos e contribuições retidos na fonte	45	41	201	67
	13.592	13.505	18.817	13.875
Circulante	13.592	109	18.817	479
Não circulante	-	13.396	_	13.396

17. TRIBUTOS DIFERIDOS a) Imposto de renda, Contribuição social e PIS e COFINS diferido:

	Contro	<u>ladora</u>	Con	<u>ısolidado</u>
	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda diferido	16.404	_	16.404	_
Contribuição social diferida	5.906		5.906	
IR/CS diferidos ativos**	22.310		22.310	
Imposto de renda diferido	-	_	(24.153)	(24.377)
Contribuição social diferida			(8.695)	(8.767)
IR/CS diferidos passivos*			(32.848)	(33.144)
PIS diferido	-	_	(1.822)	(8.914)
PIS diferido (presumido)	-	_	(8.392)	-
COFINS diferida	-	_	(5.351)	(41.056)
COFINS diferida (presumido)			(24.699)	
PIS e COFINS diferidos			(40.265)	(49.970)
Tributos passivos			<u>(73.113)</u>	(83.114)
Circulante	-	_	(2.278)	(3.516)
Não circulante	-	_	(70.835)	(79.598)

Os tributos são apresentados no balanço pelo líquido entre ativo e passivo diferido. Durante o exercício de 2021, as controladas Borborema, Goyaz e Solaris foram transferidas para o regime do lucro presumido. O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados nas controladas em Lucro presumido são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remunera ção do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a controlada receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17. As controladas São Francisco e Marituba que a controlada receber as contraprestações da APA de actorio com a 11.700/17. As controladas sao Fraintisca e Mantiuca continuam em regime do lucro real. O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados no regime do Lucro Real são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 9,25%, o recolhimento ocorrerá à medida que a controlada receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17. * Os saldos de imposto de renda e contribuição social apresentados no passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e será realizado na proporção das operações, considerando a receita e custos de operação bem como depreciação do ativo imobilizado da concessão deduzidos de imposto de renda e contribuição social. ** Este montante refere-se a saldos de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, que serão compensados em 2022, com os ganhos decorrentes da alienação das ações da SE Vineyards. b) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social:

	2021	2020
Lucro antes do IR e CS	84.537	113.644
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	(28.743)	(38.639)
Adições permanentes		
- Perda na venda de ativos	7.685	(7.685)
- Despesas indedutíveis	(785)	(1.638)
- Resultado negativo de equivalência	(2.404)	(28.776)
- Resultado positivo de equivalência	46.556	` _
Imposto de renda e contribuição social efetiva	22.309	(76.738)
Corrente		(60.187)
Diferido	22.309	(16.551)
Alíquota efetiva	-26%	34%
·	Consolidado (L	ucro real)
	2021	2020
Resultado antes do IR e CS	(42.195)	3.219
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	14.346	(75.554)
Adições permanentes		
- Perda na venda de ativos	7.685	(7.685)
- Despesas indedutíveis para GBS	(2.404)	
Outras diferenças temporárias	(871)	(1.083)
Imposto de renda e contribuição social efetiva	18.756	(84.323)
Corrente	(24)	(60.187)
Diferido	18.756	(24.136)
Alíquota efetiva	44%	38%

Corrente	(24)	(60.187)
Diferido	18.756	(24.136)
Alíquota efetiva	44%	38%
Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social diferidos 2021 para projeto	s em Lucro pres	sumido.
	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida	737.176	737.176
Alíquotas	8%	12%
Imposto de renda e contribuição social esperada	(58.974)	(88.461)
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	<u>(14.744)</u>	(7.962)
Alteração para o regime presumido (*)	(2.079)	(744)

Impostos de renda e contribuição social diferido (16.823) (8.706)
(i) Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e será tributado na pro-porção das operações, considerando as disposições da Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.700. (ii) Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos apresentados no consolidado são decorrentes das diferenças temporárias sobre as despesas pré-operacionais e poderão ser excluídas em quotas fixas mensais e no prazo de 5 (cinco) anos, a partir do início das

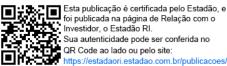
) operações.	31/12/2019	Reconhecido no resultado	31/12/2020	Reconhecido no resultado	31/12/2021
Ativo/passivo Imposto de renda Contribuição social	8.519 3.067	(8.519) (3.067)	-	16.404 5.906	16.404 5.906
Total	11.586	(11.586)		22.310	22.310

18. CONTINGENCIAS

ria, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A administração, apojada na opinião de seus assessores legais e, guando na, tradamista e previdentada, civer a familientaria. A administração, apolica na opinida de seus assessores regatos, quantidas aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalla a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem 4 (quatro) processos contingentes trabalhistas avaliadas como probabilidade possível no montante total de R\$114, portanto não foram provisionadas.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 370.913 dividido em 370.913.000 acões (R\$330.677 dividido em 330.677.071 em 31 de dezembro de 2020) acões ordinárias nominativas subs critas e integralizadas. Em 26 de agosto de 2021, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, a acionistas da Companhia deliberou pelo aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 40.236, por meio da emissão de 40.236.000 ações ordinárias nominativas, totalmente integralizadas em moeda correta pela acionista Sterlite Grid 5 Limited.







///SterlitePower

STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Economia & Negócios

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado) A composição do capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como se seque

Sterlite Power Grid Ventures Ltd Sterlite Grid 5 Ltd	2021 74.92% 25.08%	2020 84,04% 15,96%
	100%	100%
b) <u>Destinação dos lucros</u> : A destinação do lucro líquido do exercício está prevista no artigo 34 do Estatuto S	ocial da Co	ompanhia.
Os dividendos obrigatórios equivalem a 1% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202	da Lei <u>nº</u>	6.404/76.
Dessa forma, a Administração propõe a seguinte destinação:		
Destinação dos lucros	2021	2020

Lucro líquido do exercício 98.322 145.037 Constituição da reserva lega Dividendos mínimos obrigatórios (983)Dividendos intercalares (91.020)Dividendos distribuídos (48.980 Absorção de reserva de retenção de lucros (2.215)Constituição de reservas de retenção de lucros 92.423 c) Reservas de lucro: 2021 18.017 2020 13.101 Reserva legal (i)

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líguido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação

(ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A Administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Reserva de retenção de lucro (ii)

	Con	solidado
	2021	2020
Receita operacional bruta		
Receita de implementação da infraestrutura	621.847	44.542
Margem de implementação da infraestrutura	159.171	5.829
Remuneração do ativo de concessão	32.786	7.099
Total da receita bruta	813.803	57.470
Tributos sobre a receita		
PIS diferido sobre a implementação da infraestrutura	(3.923)	(735)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(377)	(118)
PIS diferido sobre a margem de implementação da infraestrutura	(893)	(97)
PIS diferido sobre operação e manutenção	_	_
COFINS diferido sobre a receita de implementação da infraestrutura	(18.107)	(3.385)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(1.743)	(540)
COFINS diferido sobre a margem de implementação da infraestrutura	(4.129)	(444)
	<u>(29.173)</u>	(5.319)
Receita operacional líquida	784.631	52.151
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 21)	599.812	40.420
Margem de implementação da infraestrutura	154.149	5.288
Margem de implementação de infraestrutura %	25,70%	13,08%
21. CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO E INFRAESTRUTURA		

	Cons	Consolidado	
	2021	2020	
Pessoal	5.994	9.376	
Máquinas e equipamentos	336.028	877	
Serviços de terceiros	159.747	18.197	
Terrenos	_	47	
Gastos ambientais	3.682	1.700	
Edificações	70.270	1.212	
Servidão	23.739	8.860	
Outros	1.352	151	
	599.812	40.420	

22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2021	2020	2021	2020	
Pessoal e encargos	29.799	30.815	29.985	30.889	
Serviços de terceiros	3.895	21.503	10.996	22.557	
Material	428	113	113	113	
Aluguéis	-	500	430	511	
Tributos	-	2.990	451	2.997	
Seguros	_	88	1.141	626	
Depreciação amortização	-	1.441	-	1.441	
Outros	1.925	173	775	280	
	36.047	57.623	43.892	<u>59.414</u>	

23. RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS

	Controladora e Co	<u>nsolidado</u>
	2021	2020
Receita de venda de participação de controladas	9.971	466.099
Custódia em garantia	_	50.000
(–) Custódia em garantia não vinculado	_	(10.600)
(-) Provisão para perdas de ativos mantido para venda	_	(22.604)
Bônus SPA de ativos vendidos	_	12.142
Ajuste de preço de ativos vendidos (i)	(2.710)	(4.094)
Baixa JSCP	_	(3.287)
Baixa de dividendos a receber	_	(275.000)
Baixa de ativos mantido para venda	(10.401)	(235.449)
Ganho (perda) na venda de participação de controladas	(3.141)	251.932
Despesas com assessoria na venda de ativos (ii)	(5.020)	(9.967)
Resultado na venda de participação de controladas	(8.161)	241.965
(i) Em marco de 2021, a Vinci havia levantado uma reclamação de R\$ 2,711 para ajuste	no valor de venda da Arcov	erde que fo

vendida em março de 2020. Esse valor foi liberado do Escrow.

(ii) As taxas de sucesso para venda de Consultores incluíram o pagamento ao BTG/ABC e ao Santander bank pela coordenação do acordo de venda do projeto Dunas.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora 2021 2020		Consolidado 2021 2020	
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	826	5.950	1.266	5.956
Outras receitas financeiras	444	107	444	108
	1.270	6.057	1.710	6.064
Despesas financeiras				
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	_	(690)	(4.367)	(690)
Tarifa de análise de projeto			· -	(500)
Custo de emissão de debêntures	_	_	_	_
Comissões e taxas	_	(28)	(12.564)	(28)
Multas	_	-	(128)	
IOF	(446)	(66)	(1.703)	(66)
Outros	(451)	(351)	` (587)	(357)
	(897)	(1.135)	(19.349)	(1.641)
	<u>373</u>	4.922	(17.639)	4.423

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas é efetuada por meio de estratégias opera cionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia e suas controladas é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

25.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

		Cont	roladora	Consolidado		
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	2021	2020	2021	2020	
Caixa e depósitos bancários		4.208	195	42.841	3.396	
Recebível alienação de investimentos		36.708	40.060	36.708	40.060	
Dividendos a receber		1.874	626	_	_	
Concessionárias e permissionárias		-	_	_	2.981	
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado	Nível	2021	2020	2021	2020	
Aplicações financeiras	2	2.538	122.629	95.066	200.099	
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nível	2021	2020	2021	2020	
Fornecedores		3.839	821	108.412	17.872	
Partes relacionadas		49.791	610	_	610	
Empréstimos e debêntures		_	_	420.879	274.355	
Arrendamentos		1.782	2.626	1.782	2.626	
Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser						

obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e suas controladas classificam os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva ao valor de mercado. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado

26. GESTÃO DE RISCO

155.283

173.300

Controladora Consolidado

75.685

As operações financeiras da Companhia e suas controladas são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e suas controladas efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. b) Riscos de preço: As receitas da Companhia e de suas controladas são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) <u>Riscos cambiais</u>: A Companhia e suas controladas fazem acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) <u>Risco de liquidez</u>: A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia e suas controladas é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia e de suas controladas por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma gera-ção de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia e das suas controladas. A Administração da Companhia e suas controladas não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos de Companhia e das suas controladas são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada a índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de

27. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas mo nitoram sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Borborema Transmissão de Energia S.A.; i) Transferência do controle: Em 11 de fevereiro de 2022 houve alteração no controle acionário da controlada Borborema Transmissão de Energia S.A., com transferência de 100% das ações, passando a ser uma controlada da GBS Participações S.A., subsidiária da Sterlite Brazil Participações S.A. ii) *Aumento de capital:* De janeiro a abril de 2022 houve a integralização de capital em R\$ 570, mediante a emissão de 570.000 ações ordinárias nominativas subscritas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de maio de 2022, e adiantamento para futuro aumento de capital de R\$ 34.389 que será integralizado durante o exercício de 2022. iii) Empréstimos: Durante março de 2021, a controlada Borborema Transmissão de Energia S.A. recebeu a segunda parcela do desembolso do BNB de R\$ 20.816, com isso o desembolso total do BNB é de R\$ 118.166, do total sancionado de R\$ 139.000. Goyaz Transmis-<u>são de Energia S.A.: i) *Transferência do controle:* Em 11 de fevereiro de 2022 houve alteração no controle da Govaz Transmissão</u> de Energia S.A. passando para GBS Participações S.A., subsidiária da Sterlite Brazil Participações, com transferência de 100% das ações. ii) *Aumento de capital:* De janeiro a abril de 2022 houve a integralização de capital em R\$ 3.513, mediante a emissão de 3.513.000 ações ordinárias nominativas subscritas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral de 3.513.000 ações ordinarias nominativas subscritas, no valor nominal de 181,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data, e adiantamento para futuro aumento de capital de R\$ 268.268 que será integralizado durante 2022. iii) Empréstimos: Durante março de 2021, a Goyaz pagou R\$ 65.000 do empréstimo-ponte do Banco Modal. Solaris Transmissão de Energia S.A.; i) Transferência do controle: Em 11 de fevereiro de 2022 houve alteração no controle da Solaris Transmissão de Energia S.A. passando para GBS Participações S.A., subsidiária da Sterlite Brazil Participações, com transferência de 100% das ações da controlada. ii) Aumento de capital: De janeiro a abril de 2022 houve a integralização de capital em R\$ 165, mediante a emissão de 165.000 ações ordinárias nominativas subscritas, no valor nominal de R\$1,00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data e adiantamento pata futuro aumento de capital de R\$ 78.773 que será integralizado em 2022. Marituba Transmissão de Energia S.A.; i) Aumento de capital: De janeiro a abril de 2022 houve a integralização de capital em R\$ 176.383, mediante a emissão de 176.383.000 ações ordinárias nominativas subscritas, no valor nominal de R\$1.00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data e adiantamento pata infuturo aumento do capital de R\$, 300 cada, conforme Ata da Assemblera de de la Extractiona de la Capital de A\$ 8.606 que será integralizado em 2022. <u>São Francisco Transmissão de Energia S.A.</u>:) *Aumento de capital*: De janeiro a abril de 2022 houve a integralização de capital em R\$ 1.747, mediante a emissão de 1.747.000 ações ordinárias nominativas subscritas, no valor nominal de R\$1.00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data e adiantamento para futuro aumento de capital de R\$ 1.841 que será integralizado em 2022. <u>Vineyards Partici</u>pações S.A.: i) Transferência do controle: A Vinci energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura exerceu opção de conversão das debêntures conversíveis em ações, o que resultou na transferência do controle de 82,4% das ações da Vineyards Participações. ii) *Aumento de capital:* De janeiro a abril de 2022 houve a integralização de capital em R\$ 3.451, mediante a emissão de 3.451 acões ordinárias nominativas subscritas, no valor nominal de R\$1.00 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data em 13 de maio 2022. Stadritte Brazil Participações S.A.: i) Leilão 02/2021: Em dezembro de 2021, durante o leilão da ANEEL 02/2022, a Sterlite Brazil Participações ganhou um projeto que recebeu o nome de Jaçanã Transmissão de Energia S.A., cujo contrato de concessão foi assinado em 30 março de 2022 com os

		11641340			cita Alluai
	Tarifária l	<u>Periódica</u>		Permitida - F	AP (21-22)
			Índice de		
Concessionária Contrato Prazo (anos) Vencimento	Prazo (anos)	Próxima	correção	R\$	Mês base
Jacana 02/2022 30 30/03/2052	5	2023	IPCA	7.093	10/2021
ii) Empréstimos: Durante março de 2022, a Sterlite Brazil Pa	rticipações S.A.	recebeu ui	m empréstim	o-ponte de R\$	150.000 to-
mado no Banco Modal. Foi garantido por penhor de ações/	direitos fiduciár	ios da Mar	ituba Transm	ission De Ene	rgia S.A O
empréstimo tem vencimento em 120 dias e taxa de juros de 0	CDI + (4%). Em	março 2022	2, a Compani	nia recebeu un	na Emprésti-
mo-ponte de R\$ 28.000 do Banco Modal. Foi garantido por	hipoteca do vale	or a recebe	r da Liquidad	ão da Escrow	Account da
Novo estado. O empréstimo tem vencimento até 18/03/2025,	com previsão o	le pagamer	to até set'20	22, e taxa de	uros de CDI
+ (4,5%). Em março 2022, Sterlite Brazil Participações S.A.	recebeu Emprés	stimo ponte	de R\$ 25.00	00 obtido na de	Banco Alfa
investimentos. O empréstimo tem vencimento em 182 dias	e taxa de juros	de CDI +	(3,55%). SE	Vineyards Trar	nsmissão de
Energia S.A.: i) Conclusão de obra: O elemento 3 foi concluí-	do em 27 de jar	neiro de 202	22 e permite	à concessioná	ria o recebi-
mento proporcional de R\$ 5.260 da RAP, finalizando dessa	a maneira a fas	e de consti	rução total d	o projeto. A co	ontrolada da
Companhia obteve autorização para operação comercial co	m pendências	em 31/01/2	022 e data d	de operação c	omercial em
11/02/2022, tendo o seu TLD - Termo de Liberação Definitivo	em 16/02/2022	2. O elemer	ito em questa	ão é composto	por: • Linha
de Transmissão em 230 kv com orige na SE Candiota 2 e de	stino a SE Bagé	2, a um C	S, com aprox	imadamente 4	9 Km de ex-
tensão; • 01 Módulo de Entrada de Linha - EL 230 kv (BD4)	na SE Candiota	2; e • 01 N	lódulo de En	trada de Linha	- EL 230 kv
(BPT) na SE Bagé 2. GBS Participações: i) Aumento de capit	tal: De janeiro a	abril de 20	22 houve a ir	ntegralização d	e capital em
R\$ 25.000, mediante a emissão de 25.000 ações ordinárias n	ominativas subs	scritas, no v	alor nominal	de R\$1,00 cad	la, conforme

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data ii) Empréstimos: A GRS Participações realizada primeira emis-

são de 6.000 debêntures, no valor nominal de R\$ 1.000,00 em março de 2022, compostas por principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia real e fiança adicional, com amortização do valor nominal unitário atualizado, em 43 (guarenta e três) parcelas semestrais e consecutivas, observada a carência de 12 (doze) meses, contados da data de emissão, sendo a primeira parcela em 15 de março de 2023 e a última em setembro de 2043 remunerada à taxa de IPCA + 7,2731% a.a.. Os recursos desta emissão foram para compensar o valor-ponte usado de R\$ 56.000. Em marco de 2022, a Companhia assinou o Contrato de Garantia ("CPG"), tendo como garantidores de participação igualitária dos bancos: Itaú Unibanco e Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. (SMBC). Foram emitidas garantias bancárias em nome da GBS Participações S.A., no montante de R\$ 600.000 brasilero 3.A. (Wildo). Total entitudas garantas garantas parantas calculado de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto.

CONTADORA

DIRETORIA

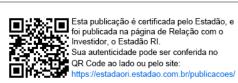
Luciana Borges Araujo Amaral **Amitabh Prasad** Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David

Jell Lima de Andrade Diretor de Projetos

Luciana Borges Araujo Amaral CBC - 121211/O-1

continua →☆



Diretor

Economia & Negócios

///SterlitePower

STERLITE BRAZIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 28.704.797/0001-27

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Sterlite Brazil Participações S.A.** - São Paulo - SP - **Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sterlite Brazil Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstra ções financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realiza da de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorcões relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em

referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo. 06 de junho de 2022

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.A. CRC-2SP034519/O-6 Adilyo Franca Junior Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP

